

# A HISTÓRIA, A PÓS-COLÔNIA E OS “NOVOS” SUJEITOS NA PRODUÇÃO DOS CONHECIMENTOS: REFLEXÕES COM ACHILLE MBEMBE

*Leandro Santos Bulhões de Jesus<sup>1</sup>*

*Leonardo Grokoski Sampaio<sup>2</sup>*

## RESUMO

Em diálogos com as produções do autor camaronês Achille Mbembe, refletimos sobre o papel da História e das e dos historiadores em contextos de disputas e de lutas por soberanias políticas, econômicas e intelectuais. Embora Mbembe concentre seus trabalhos nas experiências de descolonizações africanas, buscamos encontrar neles inspirações para pensarmos nos desafios e possibilidades de ressemantização da História pelos sujeitos que historicamente foram excluídos dos espaços de produção dos conhecimentos no Brasil.

**Palavras-chaves:** História; Pós-colônia; Achille Mbembe; Racismo; Novos Sujeitos.

---

1 Doutor em História, faz o pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional - PPGDSCI/CEAM/UnB

2 Graduado em história (UNB)

# HISTORY, THE POST-COLONY AND THE “NEW” SUBJECTS IN THE PRODUCTION OF KNOWLEDGE: REFLECTIONS WITH ACHILLE MBEMBE

## ABSTRACT

In dialogues with the productions of the Cameroonian author Achille Mbembe, we reflect on the role of history and historians in contexts of disputes and struggles for political, economic and intellectual sovereignty. Although Mbembe concentrates his work on the experiences of African decolonizations, we seek to find in them inspirations to think about the challenges and possibilities of resemantization of history by the subjects who historically were excluded from the spaces of knowledge production in Brazil.

**Keywords:** History; Post-colony; Achille Mbembe; Racism; New Subjects.

## Considerações preliminares

Este texto é resultado de um conjunto de experiências e discussões articuladas num grupo formado por estudantes de graduação da Universidade de Brasília, interessadas e interessados em temas relacionados às questões raciais, racismo, racismo na universidade e as possibilidades de elaboração e de expressão das soberanias intelectuais negras nos ambiente acadêmicos<sup>3</sup>. Com estudantes de vários cursos de ciências humanas e um professor do departamento de História, investigamos algumas facetas das

---

3 Grupo de Estudos em Políticas Públicas, História e Educação para as Relações Raciais e de Gênero – Geppherg – FE/UnB.

questões raciais no ocidente enquanto processo historicamente construído e assentado nos projetos coloniais capitaneados pelos europeus, com atenção especial às repercussões deste fenômeno nos espaços de construção e de legitimação dos saberes, como as universidades e escolas.

Recentes mudanças políticas em nosso país, como a instauração de cotas raciais na graduação e pós-graduação nas universidades públicas – conquistas dos movimentos sociais – sacudiram as dinâmicas do ensino superior no Brasil. Nosso grupo se propôs a discutir os impactos da entrada dos corpos e dos conhecimentos de sujeitos que historicamente foram excluídos dos espaços acadêmicos, sobretudo no que diz respeito às expectativas associadas a este fenômeno, como a disputa por cotas epistêmicas e a conquista de uma escuta verdadeiramente respeitosa e com potências para criações e autonomia de pensamento.

A entrada de negras e negros, indígenas, quilombolas, sujeitos pobres e periféricos instaura a necessidade da entrada dos seus conhecimentos, suas histórias e demandas políticas – agora com os próprios indivíduos falando por si<sup>4</sup>. Entretanto, as e os próprios estudantes tem pautado os entraves sofridos para a consolidação das políticas de entrada e permanência nas universidades e as variadas facetas do racismo estrutural que constituem os ambientes acadêmicos. Ora, se a sociedade brasileira é racista a universidade não seria diferente. Discussões como estas propostas num grupo de estudos estão em diálogo com demandas dos movimentos sociais negros ao longo do século XX (NASCIMENTO, 2008; CRUZ, 2005) e dos marcos normativos conquistados ao longo dos últimos trinta

---

4 Os conhecimentos produzidos nas universidades relacionados “ao outro”, a saber: pobres, trabalhadoras e trabalhadores, povos indígenas, povos negros, etc. consolidaram-se como uma produção feita quase que exclusivamente por pessoas brancas e abastadas sobre realidades que elas não conheciam ou pouco conheciam. Quando os indivíduos que fazem parte destes coletivos entram nas universidades é muito comum que seus interesses de pesquisa estejam associados às trajetórias e experiências dos grupos dos quais integram. Entretanto, isso não significa que estes sujeitos não possam pesquisar o que quer que seja e desejarem.

anos, como as Leis de Diretrizes e Bases (LDB's); os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Básica; a alteração do Artigo 26A da LDB por meio das Leis 10.639/03 e a 11.645/08, que instituíram a obrigatoriedade do ensino das Histórias e Culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.

Um dos pontos centrais discutidos por nós foi a exclusividade das bases epistêmicas ditas ocidentais nas escolas e universidades, em detrimento da exclusão, silenciamento, invisibilidade e, muitas vezes, da negação das outras formas de se conceber as produções e os usos de conhecimentos elaborados por outros povos. Chama a atenção igualmente o fato de que até mesmo por dentro da produção do conhecimento dito ocidental autoras e autores negros ou indígenas não integram os programas das disciplinas. Por que, no Brasil, estudamos maioritariamente autoras e autores brancos, europeus e norte-americanos? Será que pensadoras negras, indígenas ou quaisquer outros sujeitos não brancos, masculinos e europeus não produziram nada de relevante para esta ou aquela área do conhecimento? Se produziram e produzem, por quais motivos existe a dificuldade de acessá-lo não constam nos ementários dos cursos?<sup>5</sup> Daí, um dos fios condutores das nossas reflexões do grupo esteve centrado nas problematizações do chamado racismo

---

5 Entre 2015 e 2016, a pesquisa de Iniciação Científica “Quem, como e por quê?”, coordenada pelos professores Leandro Bulhões e Renísia Garcia Felice visou identificar quem eram os docentes que trabalhavam questões raciais em todos os cursos de todos os Campi da Universidade de Brasília. A pesquisa contou com a participação ativa de 14 estudantes de Graduação de duas instituições, UnB e Centro Universitário de Brasília (UniCeub) e resultou no artigo “Docentes da UnB, Currículo Lattes e Temática Racial: breve reflexão sobre educar para as relações raciais” (2017). Da pesquisa foram identificados menos de 2% de docentes que registram em suas ementas algum tipo de tema ligado às questões raciais.

epistémico: sua história, suas estratégias de manutenção e as possibilidades de enfrentamento e de superação.

Como parte expressiva das e dos discentes do grupo de estudo eram estudantes de cursos de Licenciatura em História e Ciências Sociais, estávamos sempre questionando as narrativas acessadas ao longo da graduação e pautando que tipo de sujeito educador e pesquisador o curso pretendia formar. Diante deste quadro, pensamos nas possíveis contribuições que os chamados estudos pós-coloniais podem oferecer na crítica à concepção, produção e circulação do conhecimento histórico. Num recorte mais específico, neste artigo dialogamos com algumas reflexões do pensador camaronês Achille Mbembe, que tem produzido obras relevantes no campo das teorias contra hegemônicas.

Nascido em Otélé, Camarões em 1957, Mbembe obteve um Ph.D em História pela Universidade de Sorbonne em 1989. Logo depois, formou-se também em Ciência Política, e passou a lecionar em universidades como: Columbia, Duke, Yale (EUA); Witerwatersrand (África do Sul). Sua obra *Crítica da Razão Negra* (2013) ganhou o prêmio *Geschwister-Scholl-Preis*, em 2015. No conjunto de sua obra, por diferentes caminhos, ele demonstra preocupações com o campo da História, sobretudo nas questões específicas que tocam esta área do conhecimento no continente africano, ao longo do século XX. Isto é, no período das lutas anticoloniais, independência e nas décadas seguintes, as problemáticas relacionadas à produção de narrativas históricas revelam tensões e disputas políticas que deixaram marcas. Neste texto, interessou-nos refletir sobre as experiências africanas articuladas com as tensões geradas nas universidades brasileiras, por causa da entrada de indivíduos que majoritariamente eram os chamados “objetos” e não os sujeitos das pesquisas.

Este texto é então resultado dos encontros realizados na UnB, durante um ano (2016-2017). Para a realização desta pesquisa, as atividades foram divididas em três blocos: um primeiro momento de revisão bibliográfica dos autores e autoras que fundamentam os primórdios da

discussão chamada de pós-colonial; um segundo momento em que lemos e discutimos os artigos de Achille Mbembe e no terceiro estágio a leitura e discussão coletiva de três dos seus livros: *O Sair da Grande Noite: Ensaio Sobre a África Descolonizada* (2010), *África Insubmissa: Cristianismo, Poder e Estado na Sociedade Pós-Colonial* (2005) e *Crítica da Razão Negra* (2013).

## **2. Colonialismo, história e o saber de si**

As experiências coloniais marcaram definitivamente o desenvolvimento do capitalismo e da chamada globalização da época considerada moderna. A forte tentativa de universalizar a visão de mundo por meio de perspectivas e referenciais europeus foi fundamentada e legitimada por práticas que repercutem minuciosa e explicitamente até os dias de hoje e tem nos espaços de produção e circulação de informações, bem como os lugares formais de educação lócus privilegiados de perpetuação dos projetos de hegemonia que cruzam temporalidades. O racismo foi e é parte estruturante na máquina colonial e está inscrito sobre os corpos dos sujeitos que compõem as sociedades que foram colonizadas, como o Brasil. Negras, negros e indígenas são desde muito cedo submetidos a imagens de inferioridade, diferença, exotismo, infantilidade, tutela, subserviência, pobreza, violência, derrota. Brancas e brancos, de um modo geral, por outro lado, acessam referências de superioridade, beleza, poder, dinheiro, liderança, vitória, cuidados. Neste caso, não importa muito se os sujeitos negros, indígenas e brancos sejam ricos ou pobres, se estão no norte ou sul do país, estas imagens-referências irão compor seus repertórios de experiências visuais e sociais. Trata-se de um dos resquícios do colonialismo que continua a marcar as sociedades que foram colonizadas, institucionalizando, internalizando e naturalizando as violências físicas, psíquicas, simbólicas. O pensador da Martinica Frantz

Fanon (2008) entende este fenômeno como “neuroses” que marcam os sujeitos no mundo da colônia.

O projeto de “Modernidade” que alguns países europeus planejaram para o mundo destaca-se especialmente pela industrialização, adesão ao mercado capitalista global, ciência empírica e positivista, cristianização e adoção de costumes e valores sociais ditos europeus. Antes visto como um projeto de progresso e civilização, a “tal modernidade” jamais teria se manifestado sem as práticas de violência inéditas deste colonialismo e estas ainda servem para reafirmar a supremacia branca dos valores ditos ocidentais e a manutenção da marginalização dos grupos que estão – nas canetas dos colonizadores e daqueles que gozam das benesses historicamente acumuladas – nas periferias geográficas, culturais, políticas e “raciais” do projeto colonial.

Em diálogos com Stam & Shohat (2005) e Mbembe (2010 e 2013) observamos que o discurso da universalização dos conhecimentos europeus é um fenômeno datado, sobretudo entre os séculos XIX e XX momento em que a fragmentação dos conhecimentos serviu para legitimar, aos olhos dos ocidentais, a politização e hierarquização dos saberes que ainda marcam a nossa época. A própria noção de objetividade científica serve para esconder os corpos brancos e masculinos de alguns países da Europa como os únicos supostamente produtores do conhecimento e detentores da razão (GROSFOGUEL, 2013). Epistemologias, cosmovisões e múltiplas formas de se conceber as coisas do mundo foram brutalmente perseguidas, apagadas e desconsideradas pelas potências europeias em nome de uma ciência dita civilizada e “humana”. As tentativas desse apagamento forçado de histórias, identidades e conhecimentos resultaram em delirantes narrativas de superioridades culturais e sociais que permeiam os projetos de hegemonia das sociedades ocidentais. A “África”, como continente, nasce como produto inventivo das enfabulações europeias. Seria o reduto do vazio humano e dos obscurantismos, selvagerias e brutalidades como assinalou o pensador congolês V. Y Mudimbe (2013).

Achille Mbembe empenhou-se em estudar os vários significados atribuídos ao espaço geográfico que hoje conhecemos como “África” e os povos que lá habitam. Analisando a História produzida acerca desse continente, pelos povos árabes e europeus e depois pelos próprios africanos, Mbembe nota as semelhanças e dificuldades em produzir uma História para além dos vícios e armadilhas das ciências racistas ou, como diria Mudimbe, das pseudociências. Ao aprofundar na historiografia marxista e nacionalista que surge após as independências nacionais dos países africanos, por exemplo, Mbembe nota que seus fundamentos estão arraigados às tradições europeias, incapazes de estabelecerem uma crítica coerente aos acontecimentos como *apartheid*, colonização ou escravidão (MBEMBE, 2001).

Aprofundando-se nas abordagens que marcaram as interpretações sobre as histórias africanas, explica Mbembe que os historiadores africanos marxistas e nacionalistas, em primeira instância, encontraram-se presos ao arquétipo da *vítima histórica*; retrataram um povo sem subjetividade ou autonomia, subjugado constantemente à mercê de forças indefinidas. Em segunda instância, teria havido os historiadores e principalmente poetas e artistas no movimento de nativismo africano que clamavam por um resgate da raça e da “personalidade” africana. A contradição, segundo o camaronês, seria a radicalização da chamada *metafísica da diferença ontológica*. O problema seria, de acordo com o autor, a armadilha em reafirmar apenas um laço cultural que uniria os diversos povos africanos. Ele defende que este laço não existia antes das invasões europeias no continente e teria sido forjado a partir das lógicas violentas e etnocêntricas da *racialização*, prendendo assim o signo do *corpo negro* ao signo da *África*. E, depois das experiências da Diáspora Atlântica, ao signo da *escravidão*.

Seu olhar crítico a respeito das produções historiográficas revela os vícios da História hoje que herdou, enquanto signatários do chamado mundo ocidental, as bases dos referenciais iluministas e positivistas de

uma “verdade divina”. Assim, a historiografia moderna e contemporânea tem se mostrado muito pouco capaz e com profundas dificuldades e limitações em analisar realidades marcadas por outras epistemes, regimes de temporalidades e historicidades.

Como podemos estudar um *proletariado* ou uma *burguesia* na economia capitalista congoleza? E na economia capitalista brasileira? Mas são categorias constantemente invocadas para estudos na área e são tidas como universais. Elas são transpostas das realidades específicas europeias para as realidades distantes de países ex-colônias, como problematizaram intelectuais africanas/os e diaspóricas nos anos 1980, do grupo dos estudos da Afrocentricidade (ASANTE In: NASCIMENTO, 2008). Neste caso temos um grupo de pensadoras e pensadores negros da África e da sua Diáspora que ao tecerem críticas aos limites e problemas do repertório científico dito ocidental, elaboram proposições de encaminhamentos teórico-metodológicos de produção de conhecimentos por meio de outros referenciais, destacando especialmente as potências do local de fala das e dos cientistas e do lugar da produção destes conhecimentos.

Amílcar Cabral (1972), intelectual combatente das lutas anticoloniais na Guiné Bissau e Cabo Verde, chamou atenção para o fato de que um grupo não domina outro sem antes sequestrar e destruir os referenciais identitários daquele grupo que quer submeter. A história, as narrativas de pertencimento, as divindades, o sagrado, enfim, tudo que possa sustentar um povo em dignidade, centramento e autogestão precisa ser destruído para que a máquina colonial vença.

O altericídio (MBEMBE, 2013), isto é, o desejo da destruição da diferença, é parte estruturante da colônia e a questão da narrativa, das memórias, isto é, das formas como os grupos representam a si mesmo e o outro são um lócus para pensar as possibilidades de enfrentamento ao racismo e de conquistar/expressar soberania intelectual. Ki-Zerbo, o primeiro Historiador doutor do continente africano, formado nos bancos escolares ocidentais, em meados do século XX, afirma que na África a

história tem um papel muito importante ligado ao despertar das consciências (HAMA; Ki-ZERBO, 2010).

Mbembe explicita que a História é necessária para explicar o significado do passado e do presente, através da referência ao futuro (MBEMBE, 2001). Esta carga retoma a agência e autonomia política do e da profissional da História, deixando para trás o desejo falacioso de transgredir a linha entre humano e divino. O compromisso ético com uma verdade histórica deve contemplar e compreender o passado e o presente, mas sempre dando sentido ao futuro. É necessário superar a ideia “humanista” deturpada depois do Iluminismo e consolidar a ideia da humanidade como uma caravana em constante movimento, “marchando todo o tempo, de noite e de dia, na companhia do homem, de todos os homens” (FANON, 1968).

Em *Sair da grande noite...*, Mbembe descreve o colonialismo como um fenômeno que trouxe uma noite escura para a História da humanidade. Em constante diálogo com os trabalhos poéticos dos pensadores da Martinica Aimé Césaire e Frantz Fanon para evocar suas metáforas, entendemos que a era do Iluminismo europeu inaugurou uma era da *força do falso*. Mascarado com a bandeira da Razão e do Progresso, a Europa foi capaz de propagar uma reducionista ideia “humanista” e universal enquanto massacrava o próprio ser humano em todo lugar que encontrou. Esta traição dos princípios filosóficos e científicos marcou profundamente as ciências humanas e sociais, perdidas em universos fechados que pouco elaboravam sobre as realidades presentes e passadas. As sociedades pós-coloniais, aqui entendidas como aquelas que histórica e juridicamente haviam “superado” a colônia, ainda não responderam o que Mbembe cita como a questão filosófica-moral fundamental: “como renegociar um laço social corrompido por relações comerciais (venda de seres humanos), pela violência das guerras sem fim e pelas catastróficas consequências do modo pelo qual o poder era exercido?” (MBEMBE, 2001).

Negar a um indivíduo ou um povo o direito de conhecer a sua História tem implicações políticas devastadoras. Sem registros ou acesso às suas ancestralidades, povos que foram colonizados e seus descendentes tiveram que lidar com instituições que normatizaram a obrigatoriedade da aprendizagem das histórias europeias que serviram como parte das consolidações das colonizações mentais. Os jogos dos simulacros escondiam o abismo entre o projeto democrático liberal e as realidades que viviam e vivem os países ex-colônias.

Por dentro destas teorias, as instituições democráticas serviam e servem para cumprirem formalidades públicas e estão distantes de assegurarem os compromissos éticos e políticos com os povos que elas representam. Neste contexto de descaso político e econômico, Mbembe reinterpreta o conceito de “biopolítica” do francês Michel Foucault. Uma contribuição fundamental para as discussões pós-estruturalistas da filosofia política, este conceito descreve o poder estatal sobre as sociedades ocidentais hoje; o poder de fazer viver e deixar morrer. Cabível para uma sociedade como a França de 1976, este conceito não enquadra o poder do Estado ex-colônia, então Mbembe introduz sua ideia de *necropolítica*. O Estado “democrático” ex-colonial vive em um estado de guerra perpétua contra inimigos reais ou imaginários, e muitas vezes contra sua própria população. Neste cenário, o Estado exerce o poder de fazer morrer e deixar viver. Isso diz respeito às mortes físicas, os genocídios dos povos negros e indígenas, por exemplo, no caso brasileiro, bem como aos epistemicídios, no que se refere às dificuldades destes povos expressarem (e até mesmo de identificarem) dignamente seus conhecimentos, ciências, projetos de sociedade, etc.

A questão filosófica-moral fundamental levantada por Mbembe continua sem resposta porque existe uma ciência ocidental capaz de ignorar e, em muitas instâncias, até negar a existência de tal abismo social. Mbembe dedica sua obra supracitada à chamada “comunidade descolonizada”, uma comunidade que vivencia uma emergência e uma

insurreição. Muito além de uma comunidade acadêmica apenas, esta comunidade nasceu a partir do primeiro momento que houve uma bifurcação nas significações da modernidade. A primeira resistência à condição sub-humana imposta pelos europeus brancos aos povos diversos teria criado uma linguagem totalmente separada da dominante e a comunidade descolonizada seria composta pelos indivíduos que transistavam entre as duas linguagens.

Como já foi descrito, a linguagem dominante se ergueu com a força do falso, da hierarquia e da fabulação, então a linguagem da insurreição clama pela verdade, buscando retomar os sentidos primeiros dos acontecimentos. Sendo assim, entendemos a *descolonização* como um “não-acontecimento” (MBEMBE, 2010). A chamada “independência” das ex-colônias não trouxe mais liberdades ou autonomia a muitos países, mas sim institucionalizou as trocas desiguais coloniais. Afirmar que estamos em uma sociedade pós-colonial não implica que as estruturas coloniais de poder e exploração foram deixadas para trás ou superadas, mas sim ressignificadas e institucionalizadas. A descolonização começa como projeto político; um enorme trabalho estético e epistemológico para reconstituir o sujeito, abrir o mundo e atingir uma ascensão universal da humanidade (MBEMBE, 2010). Sobre “universal” vale ouvirmos o que Ki-Zerbo tem a nos dizer:

Em matéria de ciência, bastaria conjugar o que é bom por toda a parte para atingir algo de verdadeiramente universal. Porque o universal não é simplesmente a adição dos diferentes particulares. E também não é um particular que esmagando todos os outros, pode proclamar-se universal. O universal é o que há de mais precioso em todos os particulares, que devem encontrar-se como os planos laterais no vértice de uma pirâmide (KI-ZERBO, 2006, p. 90).

Para retomar os sentidos primordiais da História é preciso *provincializar a Europa*, uma resposta à medida da provincialização do mundo por ela mesma. Relocar o palco de grandes mudanças e transformações das sociedades do mundo para espaços além de fronteiras de estados-nações, como para o Oceano Atlântico, já permite um olhar bastante diferenciado a respeito dos trajetos das sociedades humanas. Destacar outros sujeitos históricos, a não ser classes sociais, estados-nações e personagens masculinas brancas, heterossexuais e cristãs também enriquece a compreensão histórica com sua multiplicidade óbvia.

Reconhecemos um mundo *Afropolitano*, como sugere Mbembe (2015) no qual a História da humanidade é inseparável da África antes de ser pretensamente inseparável da Europa. As ciências têm comprovado que o surgimento do ser humano se deu no continente africano, então a primeira diáspora africana seria o povoamento do resto das terras no globo pelos sujeitos africanos e podemos afirmar que todo ser humano encontra sua raiz em África (MBEMBE, 2013).

A diáspora mais abordada na historiografia hoje continua sendo a relocação forçada de corpos negros escravizados do continente para outros cantos do mundo, no momento em que a Europa colonizava o mundo e os corpos negros descolonizavam ao mesmo tempo. A linguagem colonizadora foi imposta de cima para baixo através da violência, capitaneada pelos homens e mulheres brancas dominantes. Já a partir das resistências e das agências, comuns às trajetórias dos povos negros e indígenas, a linguagem descolonizadora criou e cria uma rede de significações paralelas e em disputa e gerou e gera uma comunidade transnacional que denuncia o poder do falso. Acreditamos que a provincialização da Europa e da visão de mundo ocidental e a justa inclusão desta comunidade de resistência podemos atingir uma retomada da História como possibilidade multifacetada, que pode implicar em novas consciências, mais sintonizadas com ideais de simetrias nas relações com os outros. Narrada por outros povos que não apenas os europeus e por meio de outras linguagens, epistemes,

noções de tempo, espaço, de sentido histórico estas narrativas podem ter um poder de criação que celebre valores de coletividades que continuarão em disputas, certamente, mas que não percam a potência de poderem olhar para si com dignidade e para o outro com empatias.

Vale ressaltar que reconhecer autonomia e soberania sobre si não implica numa “eurofobia” ou xenofobias ou um descarte total de heranças consideradas europeias ou estrangeiras. Até mesmo porque, como afirmam Stam & Shohat (2005), o ocidente é uma construção fictícia e muito do que se diz ocidental é, na verdade, um conjunto de elementos apropriados de outras civilizações.

## **Considerações finais**

Muitas pessoas parecem acreditar e defender que o racismo e a organização do poder colonial estão relegados ao passado e não atuam nas sociedades hoje. Compreendemos que tal versão é estratégica, uma vez que passa uma ideia de superação das mazelas coloniais e retira – dos grupos que hoje continuam com poder e dinheiro – a capacidade de refletir histórica e criticamente sobre seus privilégios: por quais motivos os tem e por quais razões os mantém.

Por outro lado, os coletivos injustiçados na experiência colonial muitas vezes tecem e demarcam suas narrativas sem aquilo que consideramos crucial para a consciência histórica: o direito a saber de si, para além das fabulações dos chamados vencedores da conquista colonial. As discussões sobre as consequências do colonialismo nas configurações das narrativas históricas precisam ser qualificadas, visando o aprofundamento dos caminhos teórico e metodológicos dos inúmeros processos de descolonização (política, econômica, cultural, epistêmica) que ainda estão em marcha.

Como assinalamos no início deste texto, a entrada dos novos sujeitos nas universidades brasileiras simboliza a materialidade destas disputas

históricas. Acreditamos, portanto, que o compromisso intelectual geracional destes indivíduos em levarem consigo suas demandas, seus conhecimentos e suas experiências pode ser um dos caminhos para a consolidação de práticas contra hegemônicas.

Os países africanos passaram quase todos eles pelas lutas e conquistas das suas independências ao longo do século XX. Suas estratégias de emancipação e de conquista de soberanias (políticas, econômicas, intelectuais), como vimos em Achille Mbembe, em muito podem contribuir para pensarmos a produção da história em contexto de disputas por autonomia de pensamento como as que passamos aqui no Brasil. Os desafios e as possibilidades encontradas pelas e pelos historiadores africanos no correr destes processos constituem-se como um rico campo de teorização do campo da História que não integra os cânones da área chamada de “Teoria da História”, no mundo ocidental. Nós estamos interessadas e interessados nestas discussões e pretendemos realizar desdobramentos futuros.

“Sair da Grande Noite” é uma expressão de Fanon que Mbembe utiliza para dar nome a um dos seus livros aqui utilizados. Com ela, Fanon quer explorar a imagem da saída do mundo de obscurantismo que os processos descolonizadores podem oferecer. Enquanto há duas linguagens universais, do mestre e do escravo, do sujeito e do objeto, do Eu e do Outro, há cisão entre a singularidade e a universalidade das experiências humanas.

A reescrita de si mesmo implica também num conjunto de críticas e de revisões às ferramentas do consagrado campo historiográfico dito ocidental do qual fazemos parte. A busca por um complexo de conhecimentos em simetria é primordial para um futuro mais seguro e justo, e a busca por uma História descolonizada e representativa que contemple todas as humanidades pode seguir neste caminho.

*Recebido em: 01 de dez. 2017.*

*Aceito em: 29 de dez. 2017.*

## Referências

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BULHÕES, Leandro; GARCIA-FELICE, Renísia. “Docentes da UnB, Currículo Lattes e temática Racial: breve reflexão sobre educar para as relações raciais”. Em: ALMEIDA, Jacqueline de; CHALETA, Maria E. R.. (Org.). **Formação Docente em inclusão e Direitos Humanos no Brasil e em Portugal**. Maceió, Alagoas: EDUFAL, 2017, p. 183-212.

CABRAL, Amílcar. O papel da cultura na luta pela independência. Em: **Textos Políticos de Amílcar Cabral**. Lisboa: Distribuidora Livraria Ler, 1972.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

CRUZ, Marileia. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. Em: **História da Educação do Negro e outras histórias**/Organização: Jeruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

HAMA, Boubou; Joseph. KI-ZERBO. “Lugar da história na sociedade africana”. Em: **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África** / editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010.

GROSGOUEL, Ramón. **“Racismo/sexismo epistémico, universidades ocidentalizadas y los cuatro genocídios/epistemicídios del largo siglo XVI”**, em: *Tabula Rasa*. Bogotá 2013.

FANON, Frantz. **Condenados da terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1968.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras branca**. Salvador: EDUFBA, 2008.

KI-ZERBO, Joseph. **Para quando a África? – Entrevista com René Holenstein**. Rio de Janeiro: Palla, 2006.

MBEMBE, Achille. "Formas africanas de auto-inscrição" em: **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, ano 23. Pp 171-209. 2001.

\_\_\_\_\_. **África insubmissa: Cristianismo, Poder e Estado na Sociedade Pós-Colonial**. Luanda: Edições Pedagogo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Sair da grande noite: Ensaio Sobre a África Descolonizada**. Luanda: Edições Mulemba, 2010.

\_\_\_\_\_. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2013.

\_\_\_\_\_. Afropolitanismo. Em: **Revista Áskesis**, v. 4, n. 2, julho/dezembro – 2015, p. 68 – 71.

MUDIMBE, V. Y. **A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Lisboa: Ed. Pedagogo, 2013.

NASCIMENTO, Elisa L. **Coleção Sankofa. TOMO I & III**. Rio de Janeiro, 2008.

SHOHAT, Ella & STAM, Robert. **Crítica da Imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representações**. São Paulo: Cosac Naify, 2006. ◀